



PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 773/XIII/2.^a

RECOMENDA AO GOVERNO PRIORIDADE AO INVESTIMENTO EM ENERGIA RENOVÁVEL SEM TARIFA GARANTIDA NAS REGIÕES COM MAIS POTENCIAL E MAIS CARENTES DE INVESTIMENTO

Exposição de motivos

O leque de opções tecnológicas sustentáveis, disponíveis para compor o mix energético nacional, tem vindo a ser progressivamente alargado e, espera-se, continue beneficiário do trabalho de investigação e desenvolvimento em curso no setor das energias renováveis um pouco por todo o mundo. Face ao momento em que Portugal deu os primeiros passos com investimentos em energia renovável, é hoje possível produzir energia de forma mais económica e eficiente e é hoje possível encontrar soluções que garantam a viabilidade económica dos investimentos sem necessidade de se garantirem tarifas aos promotores, em especial nos universos da produção hídrica e eólica.

Esta realidade deve ser considerada de forma determinada e empenhada, tanto no pensamento estratégico sobre o setor da energia em Portugal como, desde já, ao nível do processo de decisão para novos investimentos neste setor.

Também entre as tecnologias mais avançadas nessa capacidade de se autonomizarem em condições de viabilidade económica de qualquer apoio à tarifa, encontra-se a produção de energia elétrica tendo por base centrais fotovoltaicas. Esta tecnologia encontra em Portugal, em especial no sul do país, condições privilegiadas para atingir os melhores níveis de rentabilidade, criando-se assim condições para que nasçam negócios sustentáveis que



produzem energia elétrica a um custo menor (financeiro e ambiental) do que muitas das tecnologias concorrentes, tendo potencial para contribuir para a descida geral do preço da energia elétrica em Portugal. O sul do país, em especial, é ainda uma região particularmente carente de investimento e de dinamismo económico, social e humano, como o atestam vários indicadores económicos oficiais, acrescentando-se assim benefícios adicionais inquestionáveis a investimentos que aí venham a ser realizados.

Há, contudo, iniciativas que podem merecer, ainda, uma atenção no que reporta à beneficiação das tarifas. Elas situam-se nos universos da energia das ondas ou na biomassa. Estas iniciativas, como o Governo já admitiu, podem, tendo em conta a realidade concreta manter uma valorização tarifária em períodos específicos e previamente contratualizados.

Em função do acima exposto, os Deputados do GPPS apresentam um projeto de resolução, a aprovar pela Assembleia da República, que tem por objetivo indicar ao Governo linhas de orientação estratégica a considerar nas opções de investimento no setor da energia, que privilegiem projetos em energia renovável, sem tarifa apoiada, que se localizam em zonas do território nacional com maior potencial ao nível da eficiência da produção e que mais possam beneficiar, pelo peso intrínseco na economia local, dos investimentos a realizar.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e legais aplicáveis, os deputados abaixo assinados do GPPS apresentam o seguinte projeto de resolução:

A Assembleia da República resolve, nos termos do disposto do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição da República Portuguesa, recomendar que:

- 1) O Governo privilegie, sempre que se verifique necessidade de reforço ou substituição da capacidade de produção instalada de energia elétrica, o investimento em tecnologias renováveis rentáveis sem qualquer tipo de tarifa apoiada;



2) O Governo valorize como prioridades no processo de decisão de investimento na área da produção de energia elétrica, o investimento em tecnologias de base renovável em regiões com maior potencial natural para a produção mais eficiente de energia, maximizando-se, igualmente, o impacto benigno dos investimentos nas respetivas economias locais – um binómio que é hoje satisfeito, em especial, com a exploração de energia solar fotovoltaica no sul do país;

3) Que o Estado português se mantenha na linha da frente da produção renovável de energia numa perspetiva tripla de redução do impacto tarifário; de sustentabilidade ambiental e de aproveitamento dos recursos endógenos.

Palácio de São Bento, 24 de março de 2017.

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista,

(Carlos Pereira)

(Luís Moreira Testa)

(Hugo Costa)